

# Sarney garante a participação do PDS

O senador José Sarney anunciou, ontem, que o Governo não tomará qualquer iniciativa ou providência em relação ao Decreto-lei 2.045, à revelia do PDS. Segundo ele, não existe, no meio das negociações que se realiza, nada relacionado com a edição de qualquer decreto-lei "à revelia do partido e das negociações que estamos fazendo".

O presidente do PDS esteve reunido ontem, pela manhã, com os líderes na Câmara, deputado Nelson Marchezan, e no Senado, senador Aloísio Chaves, com o ministro Leitão de Abreu, ocasião em que anunciou o calendário a ser cumprido para a tomada de posição a respeito dos problemas econômicos e, sobretudo, uma alternativa para o Decreto-lei 2.045.

Hoje, a comissão executiva do partido estará reunida para examinar o relatório da "Comissão dos onze" e, no dia 20, o mesmo relatório será submetido ao diretório nacional para o fechamento de questão. Em seguida, a matéria será levada aos líderes e dirigentes dos partidos da oposição.

O senador José Sarney, negou que a bancada do PDS está contrária às sugestões da "Comissão dos onze" salientando que nenhuma restrição foi feita ao trabalho. Foram feitos alguns comentários e, de certo modo, algumas posições, procurando ampliá-lo. O presidente do PDS não considera "incoerência" rejeitar o 2.024 e aprovar o 2.045, justificando:

"Eu acho que nós estamos discutindo, estamos em face de uma realidade. O Brasil precisa realmente pôr em ordem as suas contas externas e precisa enfrentar a inflação. Eu acho diante dessa realidade, o que se está fazendo sobre a necessidade de uma política salarial não é exclusivamente por um simples desejo de mudar a lei, mas estabelecer uma política salarial que beneficie todo o povo brasileiro, uma vez que a inflação não distingue quem vai penalizar e penaliza mais os assalariados. E nesse sentido que o partido está contribuindo. Eu não acho que as sugestões que estão sendo colocadas sejam mais restritivas do que aquelas contidas no 2.045. Ao contrário, quem assim afirmar, ainda não leu as formulações que estão contidas no documento feito pela comissão constituída pelo PDS".